



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 9 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 2 de janeiro de 2012

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Entidades criticam lentidão do "Brasil Maior" ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Indústria deve seguir encolhendo em 2012; setor de serviços ganha espaço..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Indústria do País perderá mais espaço, prevê CNI..... VEICULAÇÃO NACIONAL	3
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Funcionalismo cresce 21% em dez anos ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
<b>VALOR ECONÔMICO</b> Orçamento tem despesas subestimadas de R\$ 8 bi..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> Brasília DF :: Luiz Carlos Azedo..... VEICULAÇÃO NACIONAL	8
<b>AGÊNCIA CÂMARA</b> Isenção Perfumes poderão ter isenção fiscal parcial em áreas de livre comércio..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> Fortalecimento do Mercosul deve ser prioridade ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> País segue atrativo, mas perde ritmo ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Entidades criticam lentidão do "Brasil Maior"</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Anunciado em agosto do ano passado, o Plano **Brasil Maior** só entrará em pleno funcionamento a partir deste ano

Anunciado em agosto passado, o Plano **Brasil Maior** só entrará em pleno funcionamento este ano. Uma das leis que regulamentam o programa só foi sancionada no dia 15 de dezembro passado. A demora tem sido criticada por entidades como a CNI e a Fiesp.

"Estamos numa democracia", defendeu a secretária de **Desenvolvimento** da **Produção** do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Heloisa Menezes. Ela explicou que, embora as medidas tenham sido baixadas na forma de Medida Provisória, que têm vigor imediato, foi necessário esperar a decisão do Congresso Nacional para regulamentar alguns pontos, pois eles poderiam sofrer alterações por sugestão dos parlamentares.

Assim, o Reintegra vai gerar efeitos no caixa das empresas a partir de janeiro. Por esse programa, o **exportador** recebe de volta 3% dos tributos recolhidos durante a **produção** do bem destinado ao **mercado** exterior. São beneficiados cerca de 8.500 produtos e a avaliação do **MDIC** é que a lista não precisará ser ampliada. Praticamente, só ficaram de fora as commodities. Têm direito à devolução dos tributos os produtos **exportados** após a regulamentação do programa, que só ocorreu em 2 de dezembro, quatro meses depois do anúncio. Em janeiro, portanto, os **exportadores** já poderão requerer os créditos relativos às vendas ocorridas depois de 2 de dezembro, segundo explicou o coordenador de Tributos sobre a **Produção** e o **Comércio Exterior** da Receita Federal, João Hamilton Rech. Ele negou que a regulamentação tenha demorado e afirmou que a implementação foi até rápida, considerando que foi necessário criar um sistema informatizado específico para essas transações.

Outra medida que só estará plena neste ano é a devolução de créditos de PIS e Cofins dos **exportadores**. Esses tributos são recolhidos numa etapa de **produção** e descontados na fase seguinte. Mas, quando a **mercadoria** vai para o exterior, a última etapa é isenta de impostos, por isso a empresa **exportadora** fica com um "mico" que precisa ser cobrado da Receita.

O processo é demorado, pois a documentação é checada manualmente. Em junho de 2011, a Receita iniciou um plano estratégico para acelerar a análise dos pedidos de ressarcimento, dando prioridade a 116 empresas que solicitaram os maiores créditos. Eles somavam R\$ 19,2 bilhões. Até o final de novembro, haviam sido avaliados pedidos no total de R\$ 8,6 bilhões, dos quais R\$ 3,5 bilhões foram de feridos.

Devolução automática. A promessa do **Brasil Maior**, porém, é tornar a devolução automática. Para isso, as empresas precisam apresentar a documentação em meio eletrônico. O sistema entrou em funcionamento em outubro e no primeiro processamento foram analisados 10.400 documentos. Os créditos, porém, só serão pagos agora, no próximo dia 20.

Outra medida do **Brasil Maior** é permitir que as empresas descontem mais rapidamente dos tributos a pagar o valor do PIS/ Cofins embutido nos preços de máquinas e equipamentos adquiridos. O prazo, que era de 12 meses antes do **Brasil Maior**, tem sido reduzido a cada 30 dias. Assim, a empresa que adquirir a máquina em dezembro poderá creditar-se em sete meses, e não mais em 12. A partir de julho de 2012, o prazo cairá a zero.

Também ficou para este ano a contratação de 157 analistas de **comércio** exterior que encurtarão os prazos de investigação nos processos de dumping e subsídio. O concurso foi autorizado na última quinta-feira. vai ajustar / LUIKO OTTA



VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO <b>Indústria deve seguir encolhendo em 2012; setor de serviços ganha espaço</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sob pressão da crise, do câmbio desfavorável e da concorrência dos **importados**, setor industrial deve crescer menos que o **PIB** este ano

Lu Aiko Otta

Acuada pela crise, pelo câmbio desfavorável e pela forte concorrência dos **importados**, a indústria brasileira crescerá menos do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012, segundo estima a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Assim, deverá ser repetida a performance de 2011, quando o setor manufatureiro também teve uma expansão mais fraca do que a média da economia. O movimento de "encolhimento" da indústria na composição do **PIB** coincide com um desempenho mais robusto do setor de serviços. Está em curso, portanto, uma mudança no perfil da economia brasileira.

Segundo a CNI, a indústria de deverá crescer apenas 1,8% em 2011 e os serviços, 3%, ante um aumento do **PIB** de 2,8%. Para 2012, a estimativa é que o setor industrial tenha uma expansão de 2,3%, para uma alta do **PIB** de 3% e uma expansão de 3,3% nos serviços.

"A indústria tem perdido seu papel mais dinâmico na economia, mas ela tem de voltar a ser o centro do crescimento", defendeu o gerente executivo do núcleo de Política Econômica da entidade, Flávio Castelo Branco. Ele observou que, quando a indústria foi o principal motor da economia, o **Brasil** cresceu mais do que a média mundial. No momento em que o consumo passa a ser o principal elemento, com expansão dos serviços, a situação se inverte.

Isso ocorre, segundo explicou, porque o setor de serviços tem baixa produtividade e, por isso, menos condições de alavancar o crescimento. "O **Brasil** ainda não completou seu ciclo, não pode se tornar uma economia pós-industrial."

Efeitos. Os números indicam que a indústria brasileira tem sentido mais duramente os efeitos da crise do que os Estados Unidos. A **produção** industrial nacional estava, em outubro passado, 3,5% inferior à registrada em setembro de 2008, antes da quebra do banco Lehman Brothers. No mesmo período de comparação, a indústria norte americana está hoje 2,9% acima do período pré-crise. "Eles, mesmo passando por um momento mais difícil e com a demanda interna mais

desaquecida que a nossa, estão numa situação melhor", observou o economista da CNI Marcelo de Ávila.

A entidade defende uma nova estratégia de crescimento, na qual o investimento, e não o consumo das famílias, lidere o processo. O Instituto para o **Desenvolvimento** Econômico e Industrial (ledi) divulgou um boletim em que apoia a mesma linha. "O predomínio do investimento sobre o consumo e um maior equilíbrio entre **importações** e **exportações** são imprescindíveis para assegurar um melhor crescimento de longo prazo", diz a nota.

"Esse é um momento de crescimento menor", admitiu a secretária de **Desenvolvimento** da **Produção** do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), Heloisa Menezes. Uma das metas do Plano **Brasil** Maior, informou a secretária, é que a indústria cresça mais do que o **PIB**.

Mais medidas. A secretária disse que o governo estuda mais medidas de estímulo à indústria, mas a adoção delas dependerá do quadro fiscal. Está pronto, por exemplo, o regime tributário especial para o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que vai desonerar equipamentos e obras nos investimentos em infraestrutura para telecomunicações. Ela provocará uma renúncia de arrecadação da ordem de R\$900 milhões no ano que vem, e é preciso decidir se o governo poderá ou não abrir mão dessas receitas.

Novas medidas para desonerar os investimentos também estão na agenda, mas essas também dependem das perspectivas para as contas públicas. "O **Brasil** Maior não esgota nosso olhar sobre a competitividade", disse Heloisa. "É um primeiro conjunto de medidas, mas é necessário somar uma estratégia agressiva de inovação e novas estratégias setoriais que estamos elaborando em parceria."

É o caso, por exemplo, do novo regime automotivo, que prevê cortes no IPI das montadoras que investirem mais em tecnologia. "O objetivo não é fabricar mais carros, é fabricar carros mais produzidos aqui", explicou a secretária. Está em estudo um novo critério de cálculo para o índice de conteúdo nacional dos veículos que favorecerá a indústria de autopeças. Essas mudanças, porém, só entrarão em vigor em 2013.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria do País perderá mais espaço, prevê CNI</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pressionada pela crise, pelo câmbio desfavorável e pela concorrência dos **importados**, a indústria brasileira crescerá menos do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012, prevê a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Com isso, deverá ser repetido o desempenho de 2011, quando o setor manufatureiro também teve expansão mais fraca do que a média da economia, relata repórter Lu Aiko Otta. A perda de espaço da indústria na composição do **PIB** coincide com desempenho mais robusto do setor de serviços, o que mostra uma mudança no perfil da economia. A estimativa da CNI para o fechamento dos dados de 2011 é de crescimento de 1,8% para a indústria e de 3% para os serviços, ante aumento do **PIB** de 2,8%. Para este ano, a previsão é de que o setor industrial tenha expansão de 2,3%, o **PIB**, de 3%, serviços, de 3,3%. O governo estuda medidas de estímulo à indústria

Indústria deve seguir encolhendo em 2012; setor de serviços ganha espaço

Sob pressão da crise, do câmbio desfavorável e da concorrência dos **importados**, setor industrial deve crescer menos que o **PIB** este ano

LU AIKO OTTA/BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Acuada pela crise, pelo câmbio desfavorável e pela forte concorrência dos **importados**, a indústria brasileira crescerá menos do que o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2012, segundo estima a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Assim, deverá ser repetida a performance de 2011, quando o setor manufatureiro também teve uma expansão mais fraca do que a média da economia.

O movimento de "encolhimento" da indústria na composição do **PIB** coincide com um desempenho mais robusto do setor de serviços. Está em curso, portanto, uma mudança no perfil da economia brasileira.

Segundo a CNI, a indústria de deverá crescer apenas 1,8% em 2011 e os serviços, 3%, ante um aumento do **PIB** de 2,8%. Para 2012, a estimativa é que o setor industrial tenha uma expansão de 2,3%, para uma alta do **PIB** de 3% e uma expansão de 3,3% nos serviços.

"A indústria tem perdido seu papel mais dinâmico na economia, mas ela tem de voltar a ser o centro do crescimento", defendeu o gerente executivo do núcleo de Política Econômica da entidade, Flávio Castelo Branco. Ele observou que, quando a indústria foi o principal motor da economia, o **Brasil** cresceu mais do que a média mundial. No momento em que o consumo passa a ser o principal elemento, com expansão dos serviços, a situação se inverte.

Isso ocorre, segundo explicou, porque o setor de serviços tem baixa produtividade e, por isso, menos condições de alavancar o crescimento. "O **Brasil** ainda não completou seu ciclo, não pode se tornar uma economia pós-industrial."

Efeitos. Os números indicam que a indústria brasileira tem sentido mais duramente os efeitos da crise do que os Estados Unidos. A **produção** industrial nacional estava, em outubro passado, 3,5% inferior à registrada em setembro de 2008, antes da quebra do banco Lehman Brothers. No mesmo período de comparação, a indústria norte-americana está hoje 2,9% acima do período pré-crise. "Eles, mesmo passando por um momento mais difícil e com a demanda interna mais desaquecida que a nossa, estão numa situação melhor", observou o economista da CNI Marcelo de Ávila.

A entidade defende uma nova estratégia de crescimento, na qual o investimento, e não o consumo das famílias, lidere o processo. O Instituto para o **Desenvolvimento** Econômico e Industrial (Iedi) divulgou um boletim em que apoia a mesma linha. "O predomínio do investimento sobre o consumo e um maior equilíbrio entre **importações** e **exportações** são imprescindíveis para assegurar um melhor crescimento de longo prazo", diz a nota.

"Esse é um momento de crescimento menor", admitiu a secretária de **Desenvolvimento** da **Produção** do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**), Heloisa Menezes. Uma das metas do Plano **Brasil** Maior, informou a secretária, é que a indústria cresça mais do que o **PIB**.

Mais medidas. A secretária disse que o governo estuda mais medidas de estímulo à indústria, mas a adoção delas dependerá do quadro fiscal. Está pronto, por exemplo, o regime tributário especial para o Plano Nacional de Banda

Larga (PNBL), que vai desonerar equipamentos e obras nos investimentos em infraestrutura para telecomunicações. Ela provocará uma renúncia de arrecadação da ordem de R\$ 900 milhões no ano que vem, e é preciso decidir se o governo poderá ou não abrir mão dessas receitas.

Novas medidas para desonerar os investimentos também estão na agenda, mas essas também dependem das perspectivas para as contas públicas. "O Brasil Maior não esgota nosso olhar sobre a competitividade", disse Heloisa. "É um primeiro conjunto de medidas, mas é necessário somar uma

estratégia agressiva de inovação e novas estratégias setoriais que estamos elaborando em parceria."

É o caso, por exemplo, do novo regime automotivo, que prevê cortes no IPI das montadoras que investirem mais em tecnologia. "O objetivo não é fabricar mais carros, é fabricar carros mais produzidos aqui", explicou a secretária. Está em estudo um novo critério de cálculo para o índice de conteúdo nacional dos veículos que favorecerá a indústria de autopeças. Essas mudanças, porém, só entrarão em vigor em 2013.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Funcionalismo cresce 21% em dez anos</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Aumento do número de servidores ativos da União supera o da população, que em igual período foi de 12,5%

Governo criou câmara para discutir melhorias na máquina pública, mas até agora há pouco resultado prático

FLÁVIA FOREQUE

DIMMI AMORA

de Brasília

Entre 2000 e 2010, enquanto a população brasileira cresceu 12,5%, o número de servidores ativos da União, descontados os militares, subiu num ritmo bem mais acelerado, 21,2%.

Assim que assumiu a Presidência, Dilma Rousseff criou uma câmara de gestão, presidida pelo empresário Jorge Gerdau, para discutir propostas para melhorar a eficiência da máquina pública, e não apenas aumentá-la. Até agora, entretanto, houve pouco resultado prático.

A própria presidente reconheceu recentemente, em conversa com jornalistas, a necessidade de um perfil mais profissional para os quadros do governo.

"A chegada de pessoas indicadas por partidos políticos ou grupos de interesse acaba prejudicando o funcionamento e a própria qualidade da administração pública", afirma José Matias-Pereira, professor de administração pública da UnB (Universidade de Brasília).

Para ele, o compromisso dos indicados políticos "é com as sustentações políticas que estão por trás deles", e não com a eficiência.

Hoje há 86 mil cargos de confiança no governo, em geral postos de chefia. Isso significa que para cada sete servidores, há um chefe. Esses cargos representam cerca de 15% do gasto com pessoal do Executivo.

Desses 86 mil cargos, 22 mil são os chamados DAS, nomeados livremente, sem qualquer tipo de seleção além do desígnio de quem tem o poder de nomear.

Em 2010, as despesas com pessoal dos três Poderes consumiram 12% de tudo o que o governo gastou.

#### QUALIDADE

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ligado à Presidência, mostrou em estudo recente que a proporção de servidores públicos para o total da população ocupada no **Brasil** é bem menor do que em outros países vistos como referência na qualidade do atendimento feito pelo Estado.

Segundo o levantamento do instituto, em 2005 o **Brasil** tinha 10,7% do total de empregados dedicados ao serviço público. Na Suécia, esse percentual era de 30,9%.

As despesas com pessoal crescem, ainda que não haja novas contratações, no mínimo 3% a cada ano, segundo o próprio governo. O índice vem acompanhando o crescimento do **PIB** (soma de todas as riquezas produzidas pelo país).

Na origem desse aumento estão, por exemplo, as gratificações a que os servidores têm direito. Fazer cortes na área é delicado, pois esbarra em dificuldades como a estabilidade do funcionalismo.

Por isso, uma eventual queda no **PIB** -e consequente queda na arrecadação- poderia comprometer outros gastos do governo.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Orçamento tem despesas subestimadas de R\$ 8 bi</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pelos cálculos do **Ministério** do Planejamento, as despesas com benefícios previdenciários, assistência social, seguro-desemprego e abono salarial, que constam do Orçamento da União para 2012, recém aprovado pelo Congresso, estão subestimadas em cerca de R\$ 8 bilhões. Se a previsão do governo se confirmar, a presidente Dilma Rousseff terá uma dificuldade adicional para cumprir a meta de superávit primário deste ano, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), pois será obrigada a fazer um contingenciamento ainda maior das verbas orçamentárias

Despesas subestimadas em R\$ 8 bi devem levar a cortes maiores

Ribamar Oliveira | De Brasília

Pelos cálculos do **Ministério** do Planejamento, as despesas com benefícios previdenciários, com assistência social, seguro-desemprego e abono salarial que constam do Orçamento da União para 2012, recém-aprovado pelo Congresso Nacional, estão subestimadas em cerca de R\$ 8 bilhões.

Se a previsão do governo se confirmar, a presidente Dilma Rousseff terá uma dificuldade adicional para cumprir a meta de superávit primário deste ano, equivalente a 3,1% do Produto Interno Bruto (**PIB**), pois será obrigada a fazer um contingenciamento ainda maior das verbas orçamentárias.

O governo tentou corrigir os valores dessas despesas que constavam da proposta orçamentária enviada ao Congresso no fim de agosto, mas o seu pedido não foi aceito. No dia 21 de novembro, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, enviou um ofício ao presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), atualizando a memória de cálculo das estimativas para os benefícios previdenciários, assistenciais, seguro-desemprego e abono, e dos parâmetros econômicos utilizados na elaboração da proposta orçamentária.

Na atualização feita pelo **Ministério** do Planejamento, os valores estimados para essas despesas aumentaram em R\$ 10,26 bilhões. As consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara consideraram as novas projeções exageradas e pediram que o governo detalhasse a memória de cálculo,

explicitando a metodologia e os pressupostos adotados e especificando os fatores que influenciaram os novos valores.

Ofício da ministra do Planejamento atualizando as estimativas foi enviado à comissão em novembro

O senador Vital do Rêgo enviou ofício à ministra do Planejamento, solicitando esse detalhamento. Por meio do ofício nº 639, datado do dia 5 de dezembro, Miriam Belchior encaminhou a nota técnica 580 da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), na qual os técnicos do órgão garantem que as novas projeções estão corretas. A nota está assinada pelo secretário-adjunto substituto da SOF, Geraldo Julião Júnior. Mesmo assim, os números corrigidos pelo **Ministério** do Planejamento terminaram fora do Orçamento aprovado pelo Congresso.

O relator-geral do Orçamento, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que não fez a correção porque não houve convergência das consultorias do Senado e da Câmara sobre as reestimativas feitas pelo governo para as despesas com os benefícios previdenciários, assistenciais, o seguro-desemprego e abono salarial. "Os números das consultorias não batiam com os do governo. Não nos deram segurança [para fazer a mudança]", explicou ao Valor.

Segundo Chinaglia, a única concordância que houve das consultorias com as novas projeções do governo foi com relação ao INPC de 2011, índice de inflação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utilizado para corrigir o salário mínimo. No Orçamento, o piso salarial ficou em R\$ 622,73 e a presidente Dilma fixou o valor em R\$ 622 a partir de janeiro por meio de decreto.

O salário mínimo tem impacto nas despesas previdenciárias, assistenciais, com seguro-desemprego e abono salarial. Se ele aumenta, essas despesas também sobem. Como o valor do piso no Orçamento foi maior do que aquele que constava da proposta orçamentária original, de R\$ 619,21, Chinaglia reservou uma verba de R\$ 2,2 bilhões para cobrir o impacto desta diferença nas contas públicas.

O **Ministério** do Planejamento prevê gasto adicional de R\$ 6,55 bilhões com benefícios previdenciários este ano, em comparação com a estimativa inicial da proposta orçamentária. Esse valor inclui a despesa adicional nas contas

públicas resultante do salário mínimo de R\$ 622. Como o relator elevou essa despesa em R\$ 2,2 bilhões no Orçamento, ficou faltando, portanto, cobrir um gasto adicional previsto pelo Planejamento de R\$ 4,35 bilhões (R\$ 6,55 bilhões menos R\$ 2,2 bilhões).

Com relação ao seguro-desemprego e ao abono salarial, o **Ministério** do Planejamento prevê despesa adicional de R\$ 3,14 bilhões e de R\$ 560 milhões com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV), em comparação com a proposta orçamentária inicial. Esses gastos adicionais também não foram incluídos no Orçamento.

Durante todo o período de negociação no Congresso para a votação do Orçamento, a presidente Dilma Rousseff demonstrou sua intenção de obter a chamada "meta cheia" de superávit primário de R\$ 139,8 bilhões para o setor público este ano, o equivalente a 3,1% do **PIB**. Para o governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), a meta é de R\$ 96,97 bilhões. Por isso, a orientação que Dilma passou para a base política aliada foi a de que não gostaria que despesa nova fosse criada.

Essa orientação foi seguida à risca quando os parlamentares trataram dos pedidos de aumento de salários para os servidores do Judiciário, do **Ministério** Público e da própria Câmara dos Deputados e para a criação de novos cargos. "Aprovamos um Orçamento austero. Nenhuma despesa nova foi criada. Nada. Nem mesmo para tornar possível o reajuste do teto do funcionalismo público", disse o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo. O teto salarial é definido pela remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

Mesmo com toda essa austeridade, o contingenciamento das verbas orçamentárias este ano poderá bater o recorde histórico. A proposta orçamentária já foi encaminhada ao Congresso com um "buraco" de R\$ 25,6 bilhões. Ou seja, para fechar a proposta, o governo reduziu da meta fiscal os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no montante de R\$ 25,6 bilhões. Além disso, o Congresso acrescentou R\$ 26,1 bilhões à previsão da receita líquida da União em 2012 e incluiu no Orçamento despesas no mesmo valor.

Assim, o contingenciamento já teria que ser de, no mínimo, R\$ 51,7 bilhões (R\$ 25,6 bilhões mais R\$ 26,1 bilhões), se a previsão de receita da proposta orçamentária for mantida. Além disso, existe o adicional de despesa de R\$ 8 bilhões que não foi acolhido pelos parlamentares, o que, se confirmado, elevaria o corte das verbas para R\$ 59,7 bilhões. Some-se a isso a despesa de R\$ 3,4 bilhões para compensar os Estados pela Lei Kandir, o que aumentaria o contingenciamento para mais de R\$ 60 bilhões.

Há outras dificuldades que precisam ser avaliadas. Os técnicos alertam que a previsão de receita administrada pela Secretaria da Receita Federal em 2012, que consta da proposta orçamentária, pode estar superestimada. Isto porque a arrecadação em 2011 não foi tão boa como se imaginava em agosto e os parâmetros para o desempenho da economia este ano mudaram para pior. Mas é provável que a receita da Previdência Social seja reestimada para cima, com um adicional em torno de R\$ 5 bilhões.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Brasília DF :: Luiz Carlos Azedo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em números

Brasil em dados comparativos de entes federados é o nome do livro que o deputado Júlio César (PSD-PI) vai lançar nos próximos dias, fazendo uma radiografia dos estados. Ele descobriu, por exemplo, uma grande disparidade na

distribuição de royalties, um aumento no volume de recursos para o Distrito Federal e o crescimento da renúncia fiscal na **Zona Franca** de **Manaus**. O livro é da Gráfica da Câmara e será distribuído gratuitamente.

	VEÍCULO AGÊNCIA CÂMARA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Isenção Perfumes poderão ter isenção fiscal parcial em áreas de livre comércio</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Projeto em tramitação na Câmara estende a isenção do imposto de **importação** (II) e do imposto sobre produtos industrializados (IPI) a perfumes e produtos de higiene pessoal quando se destinarem ao consumo nas áreas de livre **comércio**. O autor da proposta (Projeto de Lei 2337/11), deputado Raul Lima (PP-RR), argumenta que ela tem por objetivo igualar a tributação vigente nestas áreas àquela previstas para a **Zona Franca** de **Manaus**.

Raul Lima explica que "o decreto-lei [288/67] que criou a **Zona Franca** permite a entrada de perfumes estrangeiros com isenção, desde que para o consumo interno no local".

#### Produtos

Pela proposta, terão direito à isenção dos impostos mencionados os seguintes produtos de higiene: - preparações para barbear; - desodorantes corporais; - preparações para banhos; - depilatórios; - desodorantes de ambiente; -

preparados, mesmo não perfumados, com ou sem propriedades desinfetantes.

O benefício tributário terá vigência nas áreas de livre **comércio** de Boa Vista e Bonfim (AC); Tabatinga (AM); Guajará-Mirim (RO); Macapá e Santana (AP); e Brasília e Cruzeiro do Sul (AC).

#### Tramitação

A proposta terá análise conclusiva das comissões de **Amazônia**, Integração Nacional e de **Desenvolvimento Regional**; de **Desenvolvimento** Econômico, Indústria e **Comércio**; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Íntegra da proposta: PL-2337/2011

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Fortalecimento do <u>Mercosul</u> deve ser prioridade</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Maior desafio de Dilma Rousseff será fortalecer laços com os vizinhos sul-americanos; busca por novos mercados também deve fazer parte da pauta

Priscilla Arroyo

Em meio à crise mundial, a presidente Dilma Rousseff em suas articulações internacionais deve enfrentar o desafio de consolidar a política de exportação do país. Além de encontrar novos parceiros comerciais, o governo deve manter e estreitar os laços já existentes. Entre suas missões está a manutenção e expansão dos acordos do Mercosul. Um exemplo é a necessidade de aproximação do Chile e a agilização do processo de adesão da Venezuela, grande consumidora de produtos industrializados, ao bloco.

"O país pode aproveitar esse momento de crise na Europa e Estados Unidos para fortalecer as relações políticas com os vizinhos da América do Sul.

A aposta em agroexportação deixou o país fragilizado", diz Virgilio Arraes, especialista em relações internacionais da Universidade Federal de Brasília.

Ele também pondera que novas apostas podem ser feitas no Oriente Médio, local com grande mercado potencial.

O ano de 2012 engloba também alguns eventos internacionais de peso, entre os quais as eleições presidenciais dos Estados Unidos, que vão acontecer em novembro.

A agenda de praxe ainda prevê o encontro do G20 no México, em junho, e a reunião dos Brics, na Índia, que vai acontecer em março. Segundo o Chanceler Antonio Patriota, Dilma também deve fazer uma visita a Cuba.

Arraes avalia que o encontro do G20 será uma oportunidade para os países colocarem em debate as ações de dumping (ações contra produtos vendidos a preços abaixo de valores de mercado) que a China vem praticando. Já a viagem a Cuba tem um vínculo histórico. "Será uma visita afetiva, que pode ainda demonstrar a independência da política externa brasileira", diz. ■

O país pode aproveitar esse momento de crise na Europa e Estados Unidos para fortalecer as relações políticas com os vizinhos da América do Sul Virgilio Arraes Especialista em relações internacionais da UNB

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>País segue atrativo, mas perde ritmo</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A capacidade do Brasil em atrair capital estrangeiro permanece.

No entanto, a falta de uma solução definitiva para a crise na Europa- que tende a manter a aversão ao risco associada a um movimento de queda nos juros, deve atrair menos dinheiro para o país em 2012. Em 2011, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 65,11 bilhões (até 23 de dezembro), superando de longe os US\$ 24,35 bilhões de 2010. "Mantém sua atratividade, mas nada exuberante", diz Carlos Kawall, economista chefe do banco J.Safra.

Para Kawall, a série de restrições impostas pela equipe econômica para evitar uma enxurrada de capital estrangeiro em 2011 e a piora da crise acabou afugentando os investidores de aplicações de renda fixa e da bolsa.No entanto, o Brasil ainda tende a ter um crescimento maior de Investimento Estrangeiro Direto (IED) entre os emergentes por conta dos eventos esportivos como Copa e Olimpíadas e o pré-sal. "O país tem este diferencial que tende a ficar maior", afirma. Em 2011, o IED deve ter finalizado em saldo positivo de US\$ 60,2 bilhões, conforme estimativa do Boletim Focus, do Banco Central.

Mauro Schneider, economista chefe da Banif Invest, pondera que com a expectativa de que a crise na Europa se estenda por meses e, quiçá, anos, o normal seria ter um fluxo menor de capitais, mas arrisca: "Talvez o país possa se surpreender com a manutenção de um fluxo razoável" A volatilidade que se viu no câmbio em 2011 deve continuar.

No entanto, as apostas sugerem um patamar em torno de R\$ 1,80 e ninguém arrisca dizer que o dólar pode superar R\$ 2. "O BC continuará atuando na compra e na venda porque a crise na Europa não se resolveu.

A volatilidade não vai acabar só porque o calendário muda, mas é difícil ultrapassar R\$ 2,00", resume Felipe Pellegrini, gerente de mesa de operação do Banco Confidence.

Em 2011, o fluxo cambial ficou positivo em US\$ 65,11 bilhões, superando os US\$ 24,35 bilhões de 2010, segundo dados do Banco Central (BC)